

Propostas de O POVO geram ação na Assembleia Legislativa

DOCUMENTO BR] Iniciativas discutidas entre O POVO e a deputada estadual Tânia Gurgel (PSDB) deverão reforçar o combate à exploração sexual/comercial de meninos e meninas no

Ceará. Hoje, às 8h30min, o deputado Marcos Cals (PSDB), presidente da AL, assina um protocolo de intenções sobre disseminação de práticas pela garantia dos direitos infanto-juvenis

Demitri Túlio
da Redação



A exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes no Ceará chegou a níveis "insustentáveis". A lentidão na execução de políticas públicas não consegue acompanhar a velocidade com que o problema se espalha. Antes restrito a Fortaleza, o fenômeno hoje é tratado como epidemia nos municípios cearenses. A avaliação é da deputada estadual Tânia Gurgel (PSDB), presidente da Frente Parlamentar Pela Infância na Assembleia Legislativa.

Tânia Gurgel, que já foi secretária-adjunta da Ação Social do governo Tasso Jereissati, afirmou que em 20 anos do poder tucano no Ceará, pouco se fez para erradicar o problema. "Fez pouco, poderia fazer mais. Espero que o próximo governo seja mais firme. O próximo governo tem de criar, com o Proares II, mecanismos de obrigatoriedade para que os municípios enfrentem a exploração", reclama.

Como saída para o problema, a tucana reforça a necessidade de realizar um diagnóstico e que se adote um município como piloto para atacar o problema de frente e com "indignação". Segundo Tânia Gurgel, os governos estaduais, municipais e federal deveriam "se envergonhar" de ter meninos e meninas explorados no País.

Como você sugeriu, idéias como a do Circo Escola e o balé da Edisca poderiam ser interiorizadas e ajudar no trabalho com meninos e meninas em situação de risco. O governador Cid Gomes deveria atentar para isso

OP - Deputada, a Assembleia Legislativa vai transformar a Frente Parlamentar Pela Infância e Adolescência em comissão permanente?

Tânia Gurgel - Bom, primeiro a Frente Parlamentar funcionou bem em função da CPI do Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A Frente foi implantada pela senadora Patrícia Gomes (ex-deputada pelo PSDB, hoje do PSB), antes da minha chegada à Casa. Em 2002, cheguei e assumi o compromisso da Frente que é suprapartidária e composta por cinco deputados. Apesar de sempre ter "encontrado apoio da Presidência da Assembleia, ela não tem uma estrutura e não é bom o funcionamento dela na informalidade. Em 2003, propus à mesa diretora a mudança para Comissão Específica para a Área da Infância e Juventude. A idéia é tirar tudo que trata sobre o assunto da Comissão de Direitos Humanos da AL.

OP - O que muda, na prática, deixar de ser uma Frente e se transformar em Comissão?

Tânia Gurgel - Institucionalmente, fica caracterizada e contará com equipes técnicas tendo

as mesmas condições de trabalho que as outras comissões têm. Ela decidirá sobre todas as decisões que envolvam crianças e adolescentes. E o melhor, se transforma em política parlamentar. Qualquer presidente que passar por aqui tem de mantê-la. Já teve o parecer favorável do relator inicial, deputado Domingos Filho, e o deputado João Jaime prepara o relato final. Até o fim de dezembro, estou torcendo e lutando, deverá ser oficializada. A outra iniciativa que já foi prometida pelo presidente Marcos Cals é a criação de programa jornalístico, dentro da grade da TV Assembleia, uma Rede Infância, que trata sobre questões de crianças e adolescentes.

OP - A senhora foi relatora da CPI da Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Como anda o acompanhamento do que foi levantado após a conclusão dos trabalhos?

Tânia Gurgel - A CPI nasceu, em parte, puxada por causa de denúncias da CPMI do Congresso Nacional (Comissão Parlamentar Mista da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes relatada pela senadora Patrícia Gomes). Por quê? Havia denúncias referentes ao Ceará, como o caso do ex-prefeito de Milagres (acusado de abuso sexual), que estavam paradas. A Frente também foi procurada por pessoas, mas havia o medo de denunciar. Quando a CPI foi instalada no Ceará, recebemos mais de 200 denúncias da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, mas em sua grande maioria sem endereço e sem consistência. Da CPMI recebemos o caso de Milagres, o caso de um holandês e das meninas de Santana do Acaraú. Desses, o holandês foi punido e o caso foi dado como resolvido. Colocamos também um 0800 na Assembleia, durante um período da CPI. Juntando tudo, recebemos 327 denúncias e admitimos 62 que tinham consistência. Através da CPI, detectamos claramente, a partir de um documento que recebemos do Instituto Violes da Universidade de Brasília, o fenômeno da interiorização da exploração sexual de crianças e adolescentes. O Violes fez um estudo, em 2003, de todos os estados brasileiros e detectou 41 municípios do Ceará com a incidência do fenômeno. Acredito que hoje esse número deve ser bem maior. Eu me questiono: que política pública é essa que as coisas continuam acontecendo e aumentando?

OP - Como a senhora não conseguiu se reeleger, quem fará esse acompanhamento agora?

Tânia Gurgel - Existem alguns casos que eu como cidadã posso acompanhar e farei questão de continuar verificando. Na Assembleia, isso é uma decisão institucional de Mesa Diretora e liderança partidária. Outros casos estão andando. No final da CPI, solicitei ao presidente Marcos Cals a formação de uma comissão que acompanha a parte das proposições das políticas públicas e uma outra comissão para acompanhar o que está na Justiça e Ministério Público no âmbito estadual e federal. Eu fiz um pronunciamento há mais ou menos um mês cobrando andamento das investigações. Depois enviamos ofícios a todos os órgãos que não estão dando retorno. Sabemos que no caso da Justiça os processos caminham lentos. Há um mês enviamos documentos à Polícia Federal, novamente



TÂNIA GURGEL: No IML falta tudo. Não tem uma legista mulher. Isso é sério, o constrangimento pra menina é grande e a delegacia da criança não funciona no fim de semana

para o Ministério Público e Dececa. Nós encaminhamos para a Delegacia da Criança e do Adolescente denúncias levantadas pela CPI que têm de ser aprofundadas pela Polícia, mas até hoje não recebemos nenhuma resposta.

OP - Porque a rede de proteção à criança e ao adolescente é ineficiente no Ceará?

Tânia Gurgel - Eu diria que a rede de proteção do Ceará é uma intenção de funcionamento. A criação do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra Criança e Adolescente é uma idéia excelente, mas ineficiente. O ideal, se ela funcionasse, é que fosse regionalizada. Isso remete ao Sistema Único da

Assistência Social (Suas). O correto é ter funcionando em uma mesma estrutura vários equipamentos como uma delegacia, o IML (Instituto de Medicina Legal). No IML, que é peça fundamental, falta tudo. Não tem uma médica, uma legista mulher. Isso é sério, o constrangimento pra menina é grande. A delegacia funciona por força de alguns profissionais e não funciona no fim de semana. Funciona num plantão de outra delegacia. Qual é a adolescente que vai se deslocar ou ficar procurando para denunciar que foi abusada sexualmente? Falta vontade política para resolver essas questões.

OP - A senhora foi secretária-adjunta da Ação Social do segundo

governo Tasso Jereissati (1994-1998) e, hoje, diz que falta vontade política para resolver o problema. E naquela época, porque as políticas públicas não caminharam?

Tânia Gurgel - Essa história não caminha sozinha na Ação Social. A Ação Social deveria trabalhar muito mais com a execução das políticas públicas. Mas essa questão passa pelas secretarias da Segurança Pública, Saúde, Educação e Turismo. A secretaria do Turismo tem uma responsabilidade tremenda com essa questão. Além disso, você tem de ter uma interligação com os órgãos da Justiça. Ou você tem isso de maneira atrelada ou continua tendo vergonha de ter isso no Ceará. Existem duas vertentes: aquela que envolve a menina ou menino que está à beira de entrar no problema e aquela que já está lá. São duas políticas públicas distintas. Os governos municipais, estadual e federal têm de investir. Quando eu estava na Secretaria da Ação Social, fizemos algumas ações, mas reconheço pra você que essa ação articulada foi voltada muito mais para as crianças que estavam na rua. Foi quando foi lançado o programa "Fora da Rua, Dentro da Escola". Um trabalho que foi feito na Praia de Iracema, 31 de Março e alguns locais onde havia o problema. Nós não tínhamos naquele momento a questão da interiorização da exploração sexual infanto-juvenil. Hoje é uma coisa galopante. Os governos e prefeitos têm de entender que se precisa de investimento sistemático. Não pode começar o projeto ou o programa e no mês seguinte faltar dinheiro e atrasar. O projeto Sentinela é uma idéia boa, mas saiu na imprensa que os recursos estão atrasados e nem todos os municípios do Ceará possuem o programa.

OP-Com a saída do governador Lúcio Alcântara fecha o ciclo de 20 anos do PSDB no poder estadual. Os governos tucanos desandaram ou nunca priorizaram a erradicação da exploração infanto-juvenil?

Tânia Gurgel - Eu acho que a questão do abuso e exploração sexual requer um tratamento especializado da segurança pública e inteligência. Ele precisa de um conjunto de ações que independe do partido. Acho que nós avançamos. O Circo Escola foi lançado em 1994, no governo Circo, e houve um impacto grande das políticas públicas. O governo Tasso implantou o Proares (Programa de Apoio às Reformas Sociais). Foi a primeira vez que o governo fez um empréstimo com um banco internacional voltado pra área social no Brasil. Foram US\$70 milhões e até aquele momento foram atendidos 51 municípios, que continuaram com o atual governo. O Proares é uma parceria entre o Estado, que entra com 70% dos recursos, e a Prefeitura, com o restante. Havia um período determinado para que o município se preparasse para manter essa atividade. O Proares deu um avanço grandioso com os ABCs, os Centros de Educação, os Núcleos de Arte Infantil. Agora, paralelo a isso, não significa que não tivesse um aumento de um problema maior. Aí, faço um gancho para o turismo e a questão do desenvolvimento econômico. Deveria haver, principalmente no litoral, políticas voltadas para a prevenção da exploração. Dizer que não faz alguma coisa, faz. Mas é pouco. Precisa fazer muito mais, independente de partido. E o PSDB? Fez

pouco, poderia fazer mais. Espero que o próximo governo seja mais firme. O próximo governo tem de criar, com Proares II, mecanismos de obrigatoriedade para que os municípios enfrentem a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes.

OP - Que obrigatoriedades?

Tânia Gurgel - O diagnóstico, por exemplo. Os prefeitos têm de assumir que existe o problema e a partir daí enfrentá-lo. E em relação ao governador Lúcio Alcântara, tenho de reconhecer, ele assumiu que havia uma situação grave e procurou trabalhar. Vamos investir em um determinado município, por exemplo, e tratá-lo como modelo de enfrentamento. Eu sei que os problemas do Estado são grandes, mas devemos enfrentar os exploradores de crianças e adolescentes.

Espero que o próximo governo seja mais firme. O próximo governo tem de criar, com Proares II, mecanismos de obrigatoriedade para que os municípios enfrentem a exploração sexual/comercial de crianças e adolescentes

OP - Porque o Circo Escola não passou do Conjunto Palmeiras e Bom Jardim? Porque não foi interiorizado?

Tânia Gurgel - Eu acho que o Circo Escola tem uma proposta excelente de trabalho. Não é fácil a formação e funcionamento, a equipe precisa de investimento. Eu apresentei uma emenda ao orçamento do Circo Itinerante. Eu sei que o Circo agrega e dá auto-estima a esses adolescentes. Ele cria laços, gera oportunidades. O Circo Escola poderia ser pelo menos regionalizado. Têm meninos no Circo Escola hoje que já ganham se apresentando e outros que deixaram as drogas por se envolverem com a arte circense.

OP - O Estado, o município e Governo federal ainda não abandonaram a mentalidade de ensinar meninas exploradas sexualmente a fazer docinhos ou a pintar panos de prato. Na BR, elas ganham o dobro ou o triplo em um dia. Como equacionar a questão sócio-econômica nos programas de enfrentamento?

Tânia Gurgel - Mesmo as adolescentes que não estão no ciclo da exploração sexual não merecem mais estar fazendo docinhos. Tem de dar um *upgrade* urgente. Tem de apresentar algo que mexa com a estima. E isso através da informática moderna, da formação dos consórcios de jovens e empreendedorismo. Não apenas com dez jovens, mas com mil, dois mil, dez mil. Como você sugeriu, idéias a exemplo do Circo Escola e o balé da Edisca poderiam ser interiorizadas e ajudar no trabalho com meninos e meninas em situação de risco. O governador Cid Gomes deveria atentar para isso.

LEIA MAIS NA 9